

- ❖ Sua Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Nacional Popular
- ❖ Suas Excelências Senhores Chefes de Estado e de Governo;
- ❖ Excelência, Senhor Primeiro-Ministro;
- ❖ Excelência, Senhora Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- ❖ Digníssimos Senhores Deputados;
- ❖ Excelências, Senhores Ministros;
- ❖ Excelências, Senhores Embaixadores e Representantes de Organizações e Organismos Internacionais;
- ❖ Ilustres Convidados;
- ❖ Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estando na Casa Parlamentar, que me seja permitido antes de mais, nesta augusta assembleia, agradecer ao Povo Guineense, através dos seus legítimos representantes, os Deputados da Nação, pela confiança que depositou na minha pessoa para dirigir os destinos da Nação.

Saúdo os ilustres Chefes de Estado, de Governo e convidados que se dignaram honrar, com a sua presença, esta cerimónia da minha investidura como novo Presidente da República da Guiné-Bissau.

Permitam-me endereçar uma saudação particular a Sua Excelência o Senhor Dr. Raimundo Pereira, pela forma como, na sua qualidade de Presidente da República Interino, soube conduzir com sucesso o processo de transição que culminou com a realização das eleições presidenciais antecipadas.

Excelências,

Entendemos a Vossa presença na Pátria de Amílcar Cabral, como testemunho, da enorme esperança e confiança que a comunidade internacional deposita no futuro do nosso País,

mas também, um tributo de amizade, solidariedade e profundo respeito pelo povo guineense.

O dia de hoje, constitui o virar de mais uma página da História do nosso povo e do País, marcada por momentos de glória, como foi a gesta libertadora, que conduziu à nossa independência, mas também, por momentos tristes e dramáticos.

Queremos inaugurar uma nova página, baseada no diálogo, na estabilidade, na justiça social, num Estado em que o império da lei se afirme e a vida Humana seja respeitada como o valor mais sagrado.

Cabe-nos pois, e assumimos esse compromisso, banir definitivamente da nossa caminhada, essa espiral de ódio e violência, como forma de podermos criar premissas para o nosso desenvolvimento e progresso.

É neste quadro que condenamos, de forma veemente, os acontecimentos de Março deste ano que ceifaram as vidas do Presidente da República João Bernardo Vieira e do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, General Tagme Na Waie e garantimos tudo fazer para que toda a luz seja feita sobre estes e outros casos, como forma de colocar um ponto final na impunidade que continua a grassar no nosso País.

Excelências,

Neste momento solene e por imperativo de consciência e de História, que nos seja permitido render uma homenagem singela ao Combatente da Liberdade da Pátria, obreiro da independência nacional e curvarmo-nos perante a memória de Amílcar Cabral, fundador das nacionalidades guineense e cabo-verdiana e dos Heróis e Mártires da Luta de Libertação Nacional, nossos companheiros de trincheira, que aceitaram consentir o sacrifício supremo pela causa da libertação do nosso povo do jugo colonial.

(Pedir um minuto de silêncio)

Obrigado!

Caros Compatriotas,

O exemplo dos nossos combatentes deve continuar a constituir uma fonte de inspiração, para que os guineenses possam sentir que a gesta libertadora, marcada de forma indelével pela entrega e sacrifício de todo o povo, valeu a pena e não se traduz somente no içar da Bandeira e no entoar do Hino Nacional.

Para isso, é preciso que o Estado assuma as suas responsabilidades perante os cidadãos, garantindo-lhes o bem-estar, a segurança social, o crescimento económico e a igualdade de oportunidades. Responsabilidade recíproca caberá aos cidadãos, que devem eleger o valor do trabalho digno, como a única via de construção do progresso.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Sonho com uma Guiné-Bissau dirigida nos moldes de um Estado moderno, necessariamente laico e democrático, com instituições fortes que funcionem na normalidade, de forma interdependente e solidária.

No entanto, nos limites dos poderes constitucionais conferidos ao Presidente da República e sempre no quadro de uma Magistratura de influência, não me coibirei de chamar a atenção dos outros Órgãos de Soberania para os problemas mais relevantes que afectam segmentos importantes do País e das populações.

Neste contexto, concederemos uma atenção particular e procuraremos prestar apoio ao Governo, no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, traduzidos no DENARP.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao candidatar-me à mais alta Magistratura da Nação, prometi exercer o meu mandato como Presidente de todos os guineenses, independentemente das suas opções políticas e filosóficas, da sua origem e do seu credo e restaurar a credibilidade do Estado, recuperando a confiança das populações nos seus governantes e nas instituições da República.

Daí que renovo aos guineenses a minha proposta de um verdadeiro **Contrato Social**, assente na estabilidade e solidariedade nacionais.

Um Contrato em que os guineenses se reconheçam no somatório de valores e interesses que os unem e que permitam fazer da diversidade do xadrez étnico-cultural, que caracteriza o nosso país, uma incomensurável riqueza e força de união.

É, pois por isso, necessário analisar os contornos assumidos por certas reivindicações sociais e políticas da era democrática no nosso país, que tendem a sobrepor a identidade particular à nacional e que se baseiam na exacerbação das pertenças étnicas, culturais ou religiosas, em detrimento do sentimento nacional.

Face à estas derivas que estão na origem de conflitos que fazem perigar a unidade nacional, temos que responder colectivamente com a unidade de todos os guineenses, no respeito da nossa diversidade. Só assim, sem exclusões e marginalizações, poderemos utilizar a plenitude dos recursos humanos de que o país dispõe, para potencializar o seu desenvolvimento.

Hoje é entendimento universal, que a coesão nacional não exige a imposição de uma identidade única, homogénea e exclusiva. Ela reside sim, numa abordagem capaz de admitir a existência de identidades nacionais múltiplas, mas complementares, no seio de um "Estado-Nação"

democrático, em que os interesses divergentes devem ser harmonizados.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional Popular,

Excelências,

Esta é a via que proponho para a criação de um Estado forte, dotado de instituições sólidas e perenes, capazes de se adaptar à evolução da sociedade e de funcionar democraticamente, sem que haja lugar à personalização do Poder, a todos os níveis.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma outra componente da minha acção no decurso do meu mandato, prende-se com **a moralização e a transparência da vida pública do país, através de um combate acérrimo à corrupção a todos os níveis da Administração Pública e do Estado.**

O combate sem tréguas ao narcotráfico e ao crime organizado, irá igualmente merecer uma acção firme do Estado, no contexto sub-regional e em que o concurso da Comunidade Internacional se revela imprescindível.

Nestes combates, a justiça guineense, enquanto valor superior da ordem jurídica e garante dos direitos e liberdades dos cidadãos, será chamada a desempenhar um importante papel.

Mas para tal, torna-se indispensável a criação de condições que contribuam para o reforço da credibilidade e eficiência no sector judiciário, face aos evidentes e preocupantes sinais de degradação do seu funcionamento.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores,

O desenvolvimento económico, social, cultural e técnico-científico, é fundamental para a paz e a estabilidade no país.

Mas só poderemos entabular o desenvolvimento que almejamos, se formos capazes de criar as condições que favoreçam a participação nesse processo, de todos os actores da vida nacional.

Isto, porque, se é verdade que os esforços e a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento cabem em primeira instância ao Governo, no entanto estas não se esgotam nele, na medida em que não é o único actor no processo de desenvolvimento.

É nesta perspectiva que defendo o princípio da participação activa das instituições representativas das forças vivas da nação, ONG's, sindicatos, associações sócio-profissionais, associações de base, o poder tradicional e o sector privado guineenses, nesse processo de busca de consensos impulsionadores do aparecimento de uma visão nacional partilhada.

Nesta senda e como um primeiro passo, perspectivoo a criação em breve, junto à Presidência da República, de um Conselho Consultivo do Poder Tradicional, que decerto, poderá contribuir para o exercício de uma magistratura de proximidade.

Por outro lado e, **na perspectiva de promoção de uma ampla e incessantemente renovada participação dos cidadãos na vida política, económica e social e na tomada de grandes decisões, será necessário que o país avance no sentido da conclusão do ciclo eleitoral, com a realização das eleições autárquicas, que lançará as bases de uma efectiva descentralização do poder político.**

Uma participação que deve assentar numa parceria estratégica, que terá por objectivo, a busca de soluções

para os problemas candentes com que o país se debate, mas também alertar os órgãos do poder do Estado, para as assimetrias que possam apontar para eventuais rupturas ou clivagens no tecido social guineense.

Neste quadro, a participação da mulher guineense deverá merecer uma atenção particular, através de uma acção que observe os princípios da qualidade e a igualdade de oportunidades, que lhe confirmem as condições que conduzam à sua promoção na sociedade.

Também a juventude guineense, que constitui a maioria da nossa população, não poderá ser esquecida. Procurarei, no âmbito da minha magistratura de influência, ser o promotor de acções no quadro de um Programa Nacional de Desenvolvimento da Juventude, que terão por objectivo defender o direito dos jovens à educação, à cultura e à formação técnico-profissional, que lhe propicie condições para o acesso ao mercado de trabalho e ao emprego.

As crianças, flores da nossa luta e razão principal do nosso combate, como dizia Amílcar Cabral, devem continuar a merecer cada vez mais a nossa atenção vigilante.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores,

Como venho realçando ao longo desta minha intervenção, a consolidação da paz e a garantia de estabilidade são condições que a não serem observadas no país, tornarão infrutífero qualquer esforço visando imprimir um novo rumo à Guiné-Bissau e encarar a sua reconstrução, neste novo milénio, marcado por um complexo processo de globalização das economias e das sociedades.

Temos todos que entender, que não pode haver desenvolvimento sustentável, sem investimento e que não pode haver investimento se não formos capazes de instaurar em definitivo, um clima de paz e estabilidade no país. Esta a razão porque vos afianço, que estes

desideratos de paz e estabilidade, baseados numa reconciliação genuína dos guineenses, irão constituir a pedra angular do meu mandato.

É neste sentido que saúdo e me congratulo com a decisão da nossa Assembleia Nacional Popular, de lançar as bases da realização de uma Conferência Nacional, que visa identificar as causas e consequências dos conflitos no nosso país e procurar soluções consentâneas e duradouras, que favoreçam a reconciliação efectiva entre os guineenses. Este, é um projecto que me proponho assumir e impulsionar.

Mas para que neste particular possa atingir resultados tangíveis, temos que compreender, nós os guineenses, que todo e qualquer processo de reconciliação deve iniciar-se primeiro, no interior de cada um de nós, num acto de exorcização dos sentimentos mais negativos e degradantes que se manifestam na nossa sociedade e, à assumpção através de uma mudança de mentalidade, dos valores do diálogo e da tolerância, como forma mais correcta de resolução dos conflitos.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores,

A defesa da soberania nacional e da integridade territorial do nosso país, é uma nobre missão de todos os cidadãos, cabendo ao Estado a organização de um sistema para garantir esse objectivo e que passa por uma definição clara de uma política de defesa nacional, que contenha as linhas de força em torno das quais se desenvolve todo o sistema. Nesta base, a análise da situação geo-política em que se insere o nosso país deve constituir o ponto de partida da definição dessa política, assente na prevenção com vista a procurar as soluções para a eliminação de eventuais focos de tensão ou de conflito que possam ameaçar a nossa sub-região ou o nosso continente.

Concebo pois, a política de defesa e segurança do nosso país, como uma componente da sua política externa.

Na minha qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, este será, um outro eixo sobre o qual farei incidir a minha acção e a minha atenção.

Em particular no que se refere à reforma e modernização das nossas Forças de Defesa e Segurança, que deve ter em conta, entre outros aspectos, que a atmosfera internacional de desanuviamento e os avanços conseguidos no sentido da integração dos países da sub-região apontam cada vez mais para um futuro de paz e estabilidade.

Estou ciente, que do sucesso da reforma a implementar neste sector fundamental para a vida do país, depende a nossa estabilidade política e o seu desenvolvimento económico e social.

Uma reforma e modernização que como afirmei bastas vezes e falando de forma clara, não se baseará numa acção visando o afastamento de ninguém em particular, mas tão-somente a necessidade de corrigirmos o erro de não termos tido uma visão estratégica, que nos permitisse proceder a uma transição de Forças Armadas de guerrilha, características de um movimento de libertação, para um Exército Republicano moderno, apartidário e que segundo a Constituição da República está submetido ao poder político. Esta reforma deve assentar na convicção que temos, da necessidade da sua reestruturação e modernização, mas também do seu redimensionamento, de forma a garantir-lhe uma maior eficácia técnico-operativa e a torná-la menos dispendiosa em termos financeiros para o Estado.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores,

Neste mundo em globalização cada vez mais complexo e, num país pequeno e em desenvolvimento, cabe ao

Presidente da República um papel fundamental no domínio da política externa.

É assim que me proponho agir no sentido de restituir ao nosso país a credibilidade e uma imagem positiva, fazendo-o guindar-se de novo aos patamares que por direito próprio lhe foi conferido pela História, no concerto das nações.

A promoção e aceleração do processo de integração sub-regional e continental, no quadro da UEMOA, da CEDEAO, da CEN-SAD e da União Africana e a introdução em definitivo do NEPAD, na ordem do dia das políticas nacionais, serão acções a empreender no meu mandato.

Procurarei prestar um contributo a uma cada vez maior afirmação da CPLP, através da consolidação e reforço dos vínculos de amizade e cooperação que nos unem nesta comunidade, assente na História e na Língua.

Tudo farei, na minha qualidade de Presidente de país membro da Organização da Conferência Islâmica (OCI), para relançar as nossas relações com os países do mundo árabe.

Finalmente, mas não menos importante, a atenção que devemos prestar à comunidade guineense na diáspora, merecedora de toda a nossa preocupação e carinho.

O Estado da Guiné-Bissau não pode estar nem ausente, nem insensível à situação dos seus filhos, que em busca de melhores condições de vida ou por razões de instabilidade, tiveram que tomar a difícil opção de demandar outras paragens.

Temos que tudo fazer, para que mesmo distantes em termos geográficos, os guineenses na diáspora se sintam sempre presentes e participem activamente no processo de desenvolvimento da sua terra natal.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero, em nome da República da Guiné-Bissau, agradecer aos países irmãos e amigos e as Organizações e Organismos Internacionais e outros que contribuíram para a realização com sucesso das eleições presidenciais antecipadas.

Outrossim, felicito a Assembleia Nacional Popular, o Governo, o Supremo Tribunal Justiça e particularmente a Comissão Nacional das Eleições e o cidadão eleitor, pela forma como decorreu o processo eleitoral.

Com estas eleições a Guiné-Bissau pretende iniciar uma nova caminhada rumo ao desenvolvimento. A Paz e a Estabilidade vieram para perdurar. Para a sua perenidade lançamos um vibrante apelo à África e as Instituições Africanas em particular, para continuarem a ajudar este povo martirizado para que venham investir na Guiné-Bissau.

De igual modo lanço um apelo à Comunidade Internacional e em particular às Nações Unidas no sentido de continuarem a prestar uma atenção particular a este país e ajudá-lo a sair da difícil situação em que se encontra.

Este País precisa doravante duma ajuda substancial para que possa encontrar o caminho do desenvolvimento que tanto augura.

Nesta caminhada queremos continuar a contar com o inestimável apoio da comunidade internacional que nunca regateou a sua solidariedade ao nosso Povo.

Porquanto, na História dos Povos, nunca é demasiado tarde para realizar o Sonho e cumprir a Esperança.

Muito Obrigado!